

It was the best of times, it was the worst of times . . . it was the spring of hope, it was the winter of despair . . . we were all going direct to Heaven, we were all going direct the other way . . .”

*A Tale of Two Cities* Charles Dickens

**José Medeiros Ferreira:**

**A redefinição da posição de Portugal no mundo**

Instituto Diplomático, 23 de Abril de 2013

Por

Teresa Gouveia

Nos primeiros dias de Setembro de 1975, nos “tempos de brasa” da revolução, José Medeiros Ferreira entrou no Palácio das Necessidades. Mário Soares, Secretário-Geral do Partido Socialista, depois de lhe perguntar como eram as suas relações com Ernesto Melo Antunes, pediu-lhe para aceitar a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e diz-lhe para esperar um telefonema do Ministro. O telefonema nunca veio: nas palavras de José Medeiros Ferreira, “foi um erro técnico”, do qual o novo membro do Governo tirou as devidas conclusões: “Eu era Secretário de Estado, não por nomeação do Ministro, mas por indicação institucional do Partido Socialista e, a partir daí agi como força autónoma dentro do Ministério”. E diz isso mesmo a Melo Antunes, que conhecia de longa data, desde Ponta Delgada: “Estou aqui em representação do PS”. A partir daí, há duas políticas externas no Palácio das Necessidades: José

Medeiros Ferreira descreve assim a sua relação com o Ministro Melo Antunes: “Quando tomo posse sem que ele me tenha falado, olho para ele como um poder paralelo e não como um poder hierárquico”.

O combate vai começar: o que está em jogo é definir o regime político e a posição internacional de Portugal depois da descolonização e do fim da transição revolucionária.

Metódico, José Medeiros Ferreira fixa onde começou o caminho que o trouxe até às Necessidades. O livro com os seus discursos como Ministro dos Negócios Estrangeiros começa com a tese que Maria Emília Brederode dos Santos apresentou, em seu nome, ao último Congresso da Oposição Democrática, reunido em Aveiro, num dia de Outubro de 1973, com o título “Da Necessidade de um Plano para a Nação”. É esse o ponto de partida.

Em Janeiro de 1973, José Medeiros Ferreira, exilado político e assistente universitário, começa a redigir esse documento na Biblioteca Pública Universitária de Genebra. É um texto impressionante pela sua lucidez, radicalmente à margem do pensamento dominante na oposição portuguesa, que vale a pena citar:

“Nesta fase da presença de Portugal no mundo, a descolonização impõe-se. Mas trata-se de descolonizar no preciso momento em que decorre a

integração europeia e mais intensa ligação de Portugal ao continente. Os processos estão, aliás, ligados, e ligados a mais de um título. Com efeito, a Europa, como um todo, tende a interessar-se pela África e, nesta fase da construção europeia, três países são possuidores de chaves para aquele continente: a França, Portugal e a Inglaterra. Sem querer ir mais longe, diga-se que o nosso processo de descolonização será fundamental para a consolidação de uma zona económica e política abrangendo grande parte dos países europeus e africanos. Neste preciso ponto, convém ser lúcido e ter a coragem de defender posições adversas a Gregos e Troianos”.

“Tinha a noção de que a descolonização era a grande responsabilidade da minha geração” disse-me recentemente Medeiros Ferreira. “e portanto estivera a preparar-me”.

Em Aveiro, a única pessoa que parece ter compreendido a tese do exilado de Genebra foi, segundo Medeiros Ferreira, Jorge Sampaio, que terá dito a Maria Emília que, apesar de tudo, ainda era cedo demais para pensar nessas coisas. De facto, a questão europeia estava completamente ausente dos debates da oposição portuguesa, onde a questão colonial era tratada de forma passional e como uma questão de política interna, sem reflexão séria sobre o futuro das relações com os novos Estados independentes. Mas, para Medeiros Ferreira, não era cedo demais: a sua tese define as linhas fundamentais para a estratégia de transição post-autoritária, numa

ordem bem precisa: “Descolonizar, Democratizar, Desenvolver, Socializar”.

Também não era cedo demais para o “Movimento dos Capitães” que, em 25 de Abril de 1974, vai pôr fim ao regime do Estado Novo e adopta como programa os “três D’s” - “Descolonizar, Democratizar, Desenvolver” - do jovem exilado.

Em Maio, José Medeiros Ferreira vem a Lisboa, está com os amigos e fala com Mário Soares, mas não regressa logo a Portugal. A decisão de voltar é tomada depois do Presidente da República, no dia 26 de Julho de 1974, promulgar a Lei 7/74, que reconhece o direito de autodeterminação e independência e abre o caminho para a descolonização. Nesse dia, Medeiros Ferreira escreve ao Major Melo Antunes uma carta sobre o tema, onde, depois de lhe confirmar que a sua presença no Movimento das Forças Armadas “enchia de alegria e orgulho os que o conheciam através da luta antifascista”, recomenda, premonitoriamente, ao futuro Ministro dos Negócios Estrangeiros, que mantenha as Forças armadas nas colónias na fase de transição e, sobretudo, que é preciso “não ter pressa”.

No seu regresso, José Medeiros Ferreira não quer alinhar com nenhuma das correntes políticas. Os seus amigos políticos mais próximos, como

Jorge Sampaio ou Nuno Brederode dos Santos, estão no Movimento da Esquerda Socialista (MES), que o desilude logo “pelo idealismo inibidor e pelo radicalismo errático”. A Quinta Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas, onde se instala para completar o período de serviço militar obrigatório interrompido pelo exílio externo, é o lugar improvável de um breve exílio interno. No Palácio da Cova da Moura, a dois passos das Necessidades, o alferes Medeiros Ferreira espera para ver, antes de decidir, no final do ano, estar ao lado de Mário Soares e do Partido Socialista para conter a ameaça crescente do Partido Comunista Português e os perigos de uma deriva anti-democrática. A ruptura com as correntes esquerdistas confirma-se quando, depois do golpe de 11 de Março de 1975, o candidato independente à Assembleia Constituinte se filia no Partido Socialista, num momento em que nada parece poder travar a “Aliança Povo-MFA”, o outro nome da convergência entre os militares radicais e o Partido Comunista. No seu primeiro discurso na campanha eleitoral, no Campo Pequeno, denuncia as prisões arbitrárias do “11 de Março”: Mário Soares, que fala a seguir, pede-lhe contenção.

Em Setembro, a “frente comum” do Partido Socialista e do “Grupo dos Nove”, com Mário Soares e Melo Antunes, força o recuo da “frente revolucionária” de Álvaro Cunhal e de Vasco Gonçalves, e impõe ao Presidente Costa Gomes a formação do VI Governo Provisório. Mário

Soares, tal como Sá Carneiro, decidem ficar fora do Governo. Melo Antunes volta a ser Ministro dos Negócios Estrangeiros, com um Secretário de Estado do Partido Socialista e outro do Partido Social-Democrata. José Medeiros Ferreira é o novo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Rui Machete o Secretário de Estado da Emigração.

Segundo Medeiros Ferreira, a escolha de Mário Soares “deveu-se à forma como defendeu a estratégia do PS em relação ao PCP e à ala radical do MFA, numa reunião na casa de Mitterrand”, o qual pretendia ganhar as eleições francesas numa frente comum de esquerda com os comunistas. Em França, a coligação de esquerda está posta à prova pela escalada dos conflitos entre o PS e o PCP, um tema que domina a imprensa europeia. Nessa altura crucial, em Agosto de 1975, a Internacional Socialista forma o “Comité de Estocolmo”, com Willy Brandt e François Mitterrand, bem como Olaf Palme, James Callaghan, Helmut Schmidt, Bruno Kreisky e Shimon Peres, para, justamente, manifestar o apoio decisivo dos principais dirigentes socialistas e sociais-democratas, incluindo os Primeiros Ministros do Reino Unido, da República Federal da Alemanha, da Suécia, da Áustria e de Israel à estratégia corajosa do PS, em nome da solidariedade europeia e ocidental.

Em Setembro, o processo de descolonização dos territórios africanos está no fim - falta Angola, cuja independência está marcada para o dia 11 de Novembro, no calendário dos Acordos do Alvor, suspensos pelo V Governo Provisório.

Nesse contexto, a prioridade política de José Medeiros Ferreira quando toma posse do cargo de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros é fazer a separação das águas entre a linha europeísta e atlantista e a linha neutralista e africanista. Essa separação é indispensável para dar coerência à estratégia do Partido Socialista: a “opção europeia” é inseparável da institucionalização em Portugal de uma democracia pluralista e civilista de tipo ocidental. Obviamente, a separação implica uma ruptura política entre Melo Antunes e Medeiros Ferreira, entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

As posições são claras. O Secretário de Estado vai ser um “porta-voz muito firme das posições atlantistas do PS” contra “as tentações neutralistas de Melo Antunes”. Para José Medeiros Ferreira, “o ‘terceiro-mundismo’ era a continuação da política externa salazarista adaptada aos tempos modernos, porque era um não à Europa, um não ao mundo

ocidental. Portugal ficava sozinho com relações privilegiadas com o Terceiro Mundo e, sobretudo, com as ex-colónias”.

Pelo contrário, a transição democrática era uma oportunidade para pôr fim ao isolamento internacional de Portugal e a descolonização reclamava uma nova política externa. Na frase de Medeiros Ferreira “Para a política externa portuguesa se libertar da questão colonial, foi necessária uma revolução”.

Nas Necessidades, sucedem-se os confrontos entre Medeiros Ferreira e Melo Antunes. O Ministro e o Secretário de Estado opõem-se logo sobre o voto de Portugal na Resolução 3379 da Assembleia Geral das Nações Unidas. José Medeiros Ferreira recorda esse episódio: “Quando houve uma votação nas Nações Unidas, comparando o sionismo ao racismo, achei que não podíamos votar a favor. Foi uma das divergências iniciais, que me marcou.” Em 10 de Novembro, Portugal vota a favor da Resolução e, no mês seguinte, o Ministro dos Negócios Estrangeiros parte para o Iraque, em visita oficial.

Entre todas, a questão angolana é a mais crítica. Em Setembro, as forças cubanas partem para Luanda, enquanto os militares sul-africanos entram em Angola. No dia 11 de Novembro, o Movimento Popular de Libertação



de Angola (MPLA) proclama a República Popular de Angola, na capital cercada e defendida pelos militares cubanos.

O Governo, bem como o Conselho da Revolução, estão divididos, enquanto as intervenções externas transformam a questão angolana numa crise da Guerra Fria, que envolve os Estados Unidos e a União Soviética. Depois do “25 de Novembro”, Melo Antunes e Costa Gomes, com o apoio do PCP, querem reconhecer o MPLA, contra a posição de Mário Soares e Sá Carneiro, que têm o apoio de membros do Conselho da Revolução. Mais uma vez, está em causa a continuidade do VI Governo Provisório.

Pela sua parte, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros entende ser necessário existir um quadro jurídico que defina as relações entre Portugal e o novo Estado, tal como aconteceu nos casos anteriores de transferência de poderes. Como o Acordo do Alvor está suspenso desde Agosto, Medeiros Ferreira quer negociar um novo acordo antes de colocar a questão do reconhecimento formal: “A minha posição era que Portugal devia negociar um acordo com o MPLA que regulasse os termos das relações entre Portugal e o novo Estado”. O “reconhecimento retardado” só se devia concretizar quando um novo acordo substituísse os acordos do Alvor. Sem esse instrumento, diz Medeiros Ferreira, “toda a

discussão do reconhecimento ficou viciada: o que se discutiu era saber se se devia reconhecer, ou não, o novo Estado”.

No princípio do ano, o MPLA prevalece sobre a UNITA e a FNLA. O Brasil e o Reino Unido reconhecem a República Popular de Angola e, na sua reunião de 18 de Fevereiro de 1976, o Conselho da Revolução acaba por apoiar a posição de Melo Antunes. No dia 8 de Março, Portugal reconhece o Governo do MPLA.

As intervenções externas não surpreendem, nem impressionam José Medeiros Ferreira, que tinha escrito, dois anos antes, na sua tese ao Congresso de Aveiro: “As coisas sendo o que elas são, não vejo o menor progresso histórico se a influência da Africa do Sul ou da Rodésia crescerem em Moçambique, ou se em Angola, após os Portugueses, forem americanos ou russos, mais provavelmente aqueles do que estes, a imporem a sua lei ou os seus interesses.” Para o Secretário de Estado, a vitória soviética é conjuntural, pesem embora os efeitos perturbadores na política portuguesa. Na sua opinião, os novos Estados africanos, cuja prioridade é afirmar a sua independência e a sua soberania, precisam de tempo antes de se iniciar um novo quadro das relações entre Portugal e as antigas colónias.

O reconhecimento da República Popular de Angola é crucial para a linha “terceiro-mundista”, mas o MPLA demarca-se, na primeira oportunidade. Em 18 de Maio, a pretexto de notícias na imprensa portuguesa consideradas ofensivas para o regime, o Governo angolano suspende unilateralmente as relações diplomáticas com Portugal. Medeiros Ferreira toma nota da “fachada” do MPLA e da “derrota” da política terceiro-mundista, cuja prioridade são as relações privilegiadas com as ex-colónias.

José Medeiros Ferreira é o autor da política alternativa, que dá prioridade à integração europeia e ocidental da democracia portuguesa, contra a continuidade da linha africanista e as derivas neutralistas.

A sua orientação clara está expressa numa entrevista a Mário Bettencourt Resendes, publicada pelo **Diário de Notícias**, em 10 de Abril, nas vésperas da eleição da Assembleia da República: “Certos teóricos dizem que o Mediterrâneo é o eixo da política externa portuguesa. Isso é errado. O eixo da política externa portuguesa é a Europa e o Atlântico. | ... | Fugir ao Atlântico, porque certos teóricos pensam que temos uma posição subalterna aí, seria apenas acentuar a nossa periferia | ... |. A nossa posição na aliança ocidental é a de defender a Europa ocidental e o Atlântico | ... |. A França e a Espanha podem optar por uma política

mediterrânica: Portugal não pode | ... |. Portugal é um país pequeno e terá de defender as suas fronteiras muito longe deles. A nossa integração na NATO corresponde a essa visão estratégica. A defesa da nossa fronteira terrestre começa em Berlim e o Pacto do Atlântico garante-nos ainda o acesso a esse oceano que nos leva aos Açores e à Madeira ” - os lugares de eleição de José Medeiros Ferreira.

A fronteira estratégica de Portugal desloca-se do Cunene e do Rovuma para Berlim e para o Atlântico Norte: o ciclo colonial africano está encerrado e vai começar um novo ciclo europeu e ocidental. A realidade da democracia portuguesa substitui os mitos imperiais do salazarismo e as miragens do “socialismo mediterrânico”.

José Medeiros Ferreira reconhece a sua oportunidade: “a política externa portuguesa adquiriu com a descolonização uma liberdade de acção ímpar na sua história contemporânea”. O futuro Ministro tira partido dessa oportunidade para impor uma definição coerente da nova posição de Portugal no mundo.

Em 25 de Abril, o Partido Socialista ganha as primeiras eleições para a Assembleia da República, com uma palavra de ordem que resume a sua estratégia: “A Europa Connosco”. Mário Soares e Salgado Zenha

decidem que o PS deve governar sozinho, apesar de não ter maioria absoluta. O I Governo do novo regime constitucional toma posse em 23 de Julho, depois da eleição do General Ramalho Eanes como Presidente da República.

José Medeiros Ferreira é o Ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Constitucional, o Primeiro Ministro dos Negócios Estrangeiros da democracia portuguesa. Diz ele: “Devo a Mário Soares ser Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e a mim próprio ser Ministro da pasta, para a qual me preparara no exílio”. A sua estratégia está descrita, com todo o rigor, no Programa de Governo, apresentado na Assembleia da República no dia 2 de Agosto.

Desde logo, o Programa define a prioridade da “opção europeia”, recuperando quase **expressis verbis** os termos da tese do Congresso de Aveiro, para não subsistirem dúvidas sobre a identidade do seu autor principal: “A descolonização efectua-se no momento preciso em que a integração europeia se acelera e nos abrange | ... | Com o encerramento do ciclo do império, acentuou-se decisivamente a componente europeia da política externa portuguesa. A vocação europeia de Portugal é indesmentível e irrecusável”. E mais: “Urge assim encarar de frente o problema da adesão de Portugal às diferentes instituições europeias, quer

no campo político, quer no campo económico e social. Pretende o Governo que Portugal esteja presente no esforço comum dos países democráticos europeus na transformação política, económica, social e cultural do velho continente.”

A democracia portuguesa é inseparável do regresso de Portugal à Europa, a integração europeia é necessária para a consolidação da democracia portuguesa.

A prioridade europeia é a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE). O Governo não só se demarca da linha anti-europeia, partilhada pelo nacionalismo salazarista e pelo internacionalismo comunista, como recusa a via intermédia de um acordo especial de associação e declara estarem “esgotadas as virtualidades do enquadramento fornecido pelo Acordo de 1972” entre Portugal e o Mercado Comum. A adesão plena à CEE “é o caminho que importa percorrer”.

A “integração institucional na CEE”, bem como a adesão ao Conselho da Europa, completam a ancoragem de Portugal na comunidade ocidental: “a opção europeia, consubstanciada na integração institucional, não é excludora de uma política atlântica | ... | : somos membros da OTAN, e assim pretendemos continuar.”

Por outro lado, as relações bilaterais são calibradas e hierarquizadas com a maior precisão. Primeiro, referem-se as “relações singulares com a Espanha, que é nossa vizinha, com a França, com a República Federal alemã, com os Estados Unidos, com o Canadá e com a Venezuela, dadas as colónias de portugueses radicados nesses países”. Depois, as “relações bilaterais e singulares | ... | com todos os países de expressão portuguesa: Brasil, Guiné, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Angola”. **Last, but not least**, uma referência especial à “aliança com o Reino Unido”.

Em último lugar, o Programa trata das “relações com os novos países africanos”, reconhecendo tanto o “bom entendimento com a Guiné, com Cabo Verde e com S. Tomé”, como as relações “particularmente difíceis” com Angola e Moçambique. E estabelece as novas regras: “O Governo pretende normalizar os contactos entre Portugal, Angola e Moçambique, procurando desdramatizar os problemas existentes e tratá-los de forma não-ideológica, no respeito mais escrupuloso pelas soberanias e pelos interesses respectivos em termos de igualdade.”

A nova política externa da democracia portuguesa fica, no essencial, definida no Programa do I Governo Constitucional e não vai mudar até aos nossos dias. A dicotomia arcaica entre a Europa e o império é

substituída por uma hierarquia flexível entre três dimensões – a dimensão europeia, a dimensão atlântica e a dimensão africana. A balança entre as relações multilaterais e as relações bilaterais pende ligeiramente para as primeiras, com a valorização das Comunidades Europeias, da NATO ou do Conselho da Europa. O realismo indispensável da política externa de um pequeno país é temperado por uma visão larga da integração europeia, da solidariedade ocidental e do futuro das relações entre a Europa e a África.

Mas não há tempo a perder. Com uma orientação bem definida e sem ambiguidades, é preciso tratar tanto de problemas urgentes, incluindo a necessidade de obter assistência financeira externa, como da consolidação da posição de Portugal na Aliança Atlântica ou da preparação da adesão às Comunidades Europeias.

O primeiro acto é o primeiro passo para a integração nas instituições democráticas europeias. No dia 12 de Agosto, o Ministro dos Negócios Estrangeiros escreve ao Presidente do Conselho da Europa e, sete dias depois, Portugal pede formalmente a sua adesão àquele organismo.

Em Setembro, Portugal passa a ser o 19º membro do Conselho da Europa, onde José Medeiros Ferreira vai apresentar aos seus pares a nova democracia europeia.



Em Setembro, o novo Ministro faz as suas primeiras visitas oficiais à República Federal da Alemanha e a França, os fundadores das Comunidades Europeias, que são também aliados na NATO e os principais parceiros económicos de Portugal.

Em Setembro, é assinado o Protocolo Adicional ao Acordo de 1972 entre Portugal e a CEE, bem como o Acordo Intercalar e o Protocolo Financeiro, que completam uma etapa importante nas relações com a Europa comunitária.

Em Setembro, o Ministro Medeiros Ferreira encontra-se no Sal, em Cabo Verde, com o Ministro das Relações Exteriores de Angola, José Eduardo dos Santos, e são restabelecidas as relações diplomáticas bilaterais com a República Popular de Angola, no início de um processo gradual de normalização das relações entre os dois Estados.

Depois da morte de Franco, a transição política na Espanha força uma aceleração da estratégia de adesão às Comunidades Europeias. Para Portugal, o regresso à Europa é sinónimo da sua integração nas instituições multilaterais europeias e ocidentais, indispensáveis para consolidar as condições de autonomia e de independência do Estado no

fim do ciclo imperial. Nesse quadro, é imperativo tirar partido das circunstâncias que fizeram com que Portugal se democratizasse antes da Espanha para poder entrar antes da Espanha nas Comunidades Europeias.

É uma corrida contra o tempo. Contra a inércia burocrática, as resistências internas e a relutância em correr riscos excessivos, o Ministro dos Negócios Estrangeiros impõe uma estratégia radical que mobiliza a diplomacia portuguesa. Victor da Cunha Rego, na altura Secretário de Estado da Presidência do Conselho, conta como o Ministro “de um dia para o outro, fez do pedido de adesão um facto consumado: era a altura de dizer à Europa o que nós queríamos. O Ministro Medeiros Ferreira teve que enfrentar outros membros do Governo, seus colegas, mais timoratos, correndo todos os riscos.” José Medeiros Ferreira reconhece a dificuldade da manobra, que exigia “manter com o Primeiro Ministro um entendimento tal que nos levasse à ‘tabelinha’ final para rematar no momento preciso”. O Embaixador Fernando Neves recorda que a opção europeia “deparou com um cepticismo alargado na opinião pública portuguesa, sobretudo a mais bem informada, bem como com reticências, reservas, ou mesmo oposição, quer de forças políticas internas, quer dos então nove Estados membros”.

A escolha do momento é determinada pela perspectiva da candidatura espanhola, enquanto o argumento decisivo perante os parceiros europeus é a necessidade de consolidar a democracia portuguesa. O Ministro dos Negócios Estrangeiros dirige-se ao Conselho de Ministros das Comunidades Europeias dizendo que "para fazer face aos problemas resultantes da democratização, da descolonização e da transformação das estruturas económicas e sociais, Portugal irá atravessar momentos difíceis e encontra-se hoje na situação de necessitar de novos estímulos, de um destino que nos parece apenas poder ser alcançado no seio de uma comunidade de interesses, de ideias, de preocupações e objectivos". Portugal quer ser membro das Comunidades Europeias, "tanto por ideal, como por necessidade".

A manobra começa em 28 de Janeiro de 1977, quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros defende, em Estrasburgo, no Conselho da Europa, a candidatura de Portugal às Comunidades Europeias e recusa qualquer alternativa ao estatuto de membro de pleno direito: ou tudo, ou nada. Acto contínuo, o Primeiro Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros preparam uma ronda pelas capitais europeias. No dia 4 de Fevereiro, o Ministro Medeiros Ferreira chama os Embaixadores portugueses nos Estados que vão receber a visita do Primeiro Ministro para lhes dar pessoalmente instruções sobre a estratégia de candidatura.

Os Embaixadores deviam fazer saber que Portugal recusaria qualquer outra situação que não a adesão plena e que, caso algum dos Estados tencionasse recusar a candidatura, devia comunicar a sua posição antes da visita de Mário Soares. Rezam assim as instruções: "No caso de algum dos Estados membros não estar disposto a aceitar o pedido de adesão, esse Estado membro teria ocasião de poder exprimir a sua atitude pela via diplomática, antes que o Primeiro Ministro iniciasse as suas viagens".

O Ministro Medeiros Ferreira quer forçar uma posição do Conselho de Assuntos Gerais, que se reúne a 8 de Fevereiro. A reunião com os Embaixadores teve lugar a uma sexta-feira, o que lhes deixa a segunda-feira seguinte para fazer as **démarches** necessárias. Mário Soares parte uma semana depois, a 14 de Fevereiro.

José Medeiros Ferreira recorda que o Primeiro Ministro lhe manifestou a sua apreensão: "Numa conversa no seguimento das orientações dadas aos diplomatas digo-lhe: 'Uma coisa é certa: se descolar da Portela de Sacavém para fazer as viagens, a resposta do nosso pedido de adesão será afirmativa'. Nessa reunião, Soares diz-me: 'Você está a jogar muito forte à minha custa' e eu respondo-lhe 'se correr mal, serei o primeiro a fazer uma declaração pública, chamando a mim próprio toda a responsabilidade | ... | Mas estou convencido que a resposta será afirmativa'."

Os Estados membros das Comunidades Europeias estão divididos. O Reino Unido e a República Federal, como reconhece Medeiros Ferreira, “apoiaram logo a candidatura portuguesa “. Era preciso começar por aí, antes de enfrentar as reservas da Holanda ou a resistência da França. Em todo o caso, para o Ministro português, "a decisão do nosso Governo estava tomada. Se isso perturbava alguns dos Estados membros, não era bem um problema nosso. Só o seria se levasse a uma resposta negativa, mas a nossa estimativa era a de que o nosso pedido, pela sua força política, teria de levar uma resposta positiva. Independentemente da perturbação que causasse, ou até por causa dela, os Estados só se poderiam alinhar pela resposta positiva de princípio. Esse cálculo manteve-se durante todo o processo."

A peregrinação europeia de Mário Soares é um sucesso. O Ministro Medeiros Ferreira descreve a ronda: "Vimos um Primeiro Ministro prestigiado, alicerçado num Estado que se constrói, num Estado democrático que se fortalece."

No dia 28 de Março, o Primeiro Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros dirigem o pedido de adesão de Portugal ao Presidente da Comissão das Comunidades Europeias, Roy Jenkins, e ao Presidente em

exercício do Conselho, o Secretário do Foreign Office David Owen. No dia 5 de Abril o pedido é aceite e, em 6 de Junho, o Conselho de Ministros da CEE pronuncia-se, por unanimidade, a favor do pedido de adesão de Portugal. No dia 28 de Junho, a Espanha entrega o seu pedido formal.

O pedido de adesão foi, nas palavras de Medeiros Ferreira, “um acto de vanguarda: os nossos africanistas passaram todos a europeístas”. E teve as melhores consequências possíveis: “Entrámos no melhor momento para Portugal”.

Para Medeiros Ferreira, "em Abril de 1977, a questão do pedido de adesão estava executada, bem como a consolidação das relações com os países ocidentais. Para mim, era óbvio que a parte que se tinha de aprofundar era a das relações com as ex-colónias". O Presidente Ramalho Eanes está de acordo, Mário Soares não.

O momento crítico ocorre na sequência do golpe de Estado de Nito Alves, em Luanda, no dia 27 de Maio, cujo fracasso abre uma oportunidade para consolidar as relações bilaterais entre Portugal e Angola. O General Ramalho Eanes quer enviar um emissário ao Presidente Agostinho Neto e consulta Medeiros Ferreira, que concorda

com a iniciativa do Presidente da República, antes de comunicar a sua posição a Mário Soares. O Presidente Eanes apresenta a sua proposta numa reunião com o Primeiro Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros : "O Presidente voltou a pôr a questão, Mário Soares disse a sua opinião e eu expus a minha. O Primeiro Ministro não foi apanhado de surpresa, mas isto causou um primeiro arranhão nas nossas relações." A situação piora, nas semanas seguintes, quando Eanes manda um dos seus assessores, o Capitão Fonseca de Almeida, ao encontro do Presidente angolano, enquanto Mário Soares envia a Luanda o Secretário de Estado Manuel Alegre, que tem velhos amigos no MPLA.

José Medeiros Ferreira sente a mudança: a partir de Junho, as relações com Mário Soares "começaram a azedar": "Havia muita gente interessada nesse envenenamento das relações entre mim e Soares, dentro e fora do PS. A notoriedade da pasta, a eficácia da acção externa, colocavam-me frequentemente na primeira página dos jornais, e cheguei a adquirir um certo prestígio nacional e internacional que incomodava instintivamente os pretendentes ao delfinato soarista e a parte resiliente da direita portuguesa".

Segundo Medeiros Ferreira, em Portugal só Mário Soares é um político mais intuitivo do que ele próprio. Sem dúvida, a intuição do Ministro não

o engana sobre a predisposição do Primeiro Ministro: a ruptura é inevitável. No dia 5 de Outubro, Soares discursa nas comemorações da I República e elogia apenas dois membros do Governo: Manuel Alegre e Jorge Campinos. A bom entendedor, meia palavra basta. Dois dias depois, José Medeiros Ferreira entrega a sua carta de demissão ao Ministro de Estado, Henrique de Barros, na ausência do Primeiro Ministro. A demissão do Ministro dos Negócios Estrangeiros é aceite no dia 10 de Outubro e é o próprio Mário Soares quem assume a pasta. José Medeiros Ferreira sai do Palácio das Necessidades, dois anos depois de ter iniciado a sua carreira como estadista e diplomata, tão meteórica como brilhante.

Tinha 35 anos. Encontrou um país à deriva, no meio da revolução e na encruzilhada da história, cercado por inimigos e preso pelos seus fantasmas. Deixou a democracia portuguesa assente na comunidade europeia e ocidental, com uma nova política externa estável, duradoura e consensual, e confiante no seu destino.

Na conferência sobre o Ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares, que aqui proferiu há um mês, Medeiros Ferreira concluiu com uma pergunta.



Vou citá-lo:

“ A única dúvida que subsistia quando deixou o Ministério dos Negócios Estrangeiros e foi desviado para o cargo de Ministro do Estado, em Março de 1975 era porem de monta: a política externa que conduzira durante nove meses seria irreversível? “

Também aqui, a bom entendedor, meia palavra basta.

Eu, que estava na plateia , tive a sensação de que a pergunta me era particularmente dirigida.

Espero tê-la hoje respondido.